

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL  
CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM QUÍMICA  
FASE I

BRUNA RAFAELA KRUEGER  
CLAUDIO ELIÉZER  
DOUGLAS WAGNER  
MELYSSA IARA DA SILVA  
MILENA MARTINS MACHADO

O POSICIONAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JARAGUÁ DO SUL EM  
RELAÇÃO AOS MORADORES DE RUA.

JARAGUÁ DO SUL

2013

BRUNA RAFAELA KRUEGER

CLAUDIO ELIÉZER

DOUGLAS WAGNER

MELYSSA IARA DA SILVA

MILENA MARTINS MACHADO

O POSICIONAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JARAGUÁ DO SUL EM  
RELAÇÃO AOS MORADORES DE RUA.

Projeto de pesquisa desenvolvido no eixo formativo diversificado “Conectando Saberes” do Curso Técnico em Química (Modalidade Integrado) do Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Jaraguá do Sul.

Orientador: Cleyton Murilo Ribas.

Coorientador: Kênia Gaedtke

JARAGUÁ DO SUL

2013

## SUMÁRIO

|                                       |           |
|---------------------------------------|-----------|
| <b>1. TEMA.....</b>                   | <b>3</b>  |
| <b>2. DELIMITAÇÃO DO TEMA.....</b>    | <b>3</b>  |
| <b>3. PROBLEMA.....</b>               | <b>3</b>  |
| <b>4. HIPÓTESES.....</b>              | <b>3</b>  |
| <b>5. OBJETIVOS.....</b>              | <b>3</b>  |
| 5.1 Objetivo geral.....               | 3         |
| 5.2 Objetivos específicos.....        | 3         |
| <b>6. JUSTIFICATIVA.....</b>          | <b>4</b>  |
| <b>7. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>  | <b>5</b>  |
| 7.1. Definição de morador de rua..... | 5         |
| 7.2. Importância da cidadania.....    | 7         |
| <b>8. METODOLOGIA.....</b>            | <b>10</b> |
| <b>9. CRONOGRAMA.....</b>             | <b>10</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>               | <b>11</b> |

## **1. TEMA**

O posicionamento das políticas públicas de Jaraguá do Sul em relação aos moradores de rua.

## **2. DELIMITAÇÃO DO TEMA**

Os procedimentos das políticas públicas de Jaraguá do Sul perante a cidadania dos moradores de rua.

## **3. PROBLEMA**

Quais são os procedimentos das políticas públicas de Jaraguá do Sul perante a cidadania dos moradores de rua.

## **4. HIPÓTESES**

4.1.1. As políticas públicas tem como objetivo retirar a população de rua da rua.

4.1.2. As políticas públicas tentam reinserir moradores de rua no padrão social.

4.1.3. A situação de morador de rua os priva de alguns direitos sociais e políticos.

## **5.OBJETIVOS**

### **5.1. Objetivo Geral**

5.1.1. Descobrir se as políticas públicas consideram na prática o respeito dos cidadãos moradores de rua.

### **5.2.Objetivos específicos:**

5.2.1. Levantar conceitos sobre moradores de rua.

5.2.2. Procurar por políticas públicas para verificar se o discurso feito pelas mesmas é executado.

5.2.3. Coletar dados com os órgãos governamentais.

5.2.4. Verificar criticamente os dados obtidos.

## 6. JUSTIFICATIVA

O sistema político brasileiro é marcado por uma história de intensos conflitos ideológicos baseados no processo excludente e injusto. O conceito de cidadania e de direitos, fundamentais no texto da Constituição Federal, são expressões meramente teóricas e desproporcionais na prática social. Gouvea (2007 apud KOEGEL, 1988) compartilha deste ponto de vista ao afirmar que na década de 1980 há uma mudança nas características sociodemográficas e de transtornos mentais na população em situação de rua em todo o mundo. Essa nova população é composta principalmente pelo sexo masculino, na condição de solteiro, analfabeto, desempregado, sem auxílio financeiro, sem suporte familiar, sem autonomia para as atividades diárias e com grande frequência de transtornos mentais ou cognitivos e abuso/dependência de álcool e drogas.

Sabe-se também que nas últimas décadas, verificou-se mudança significativa no perfil da parcela da população que vive nas ruas dos centros urbanos. Não se trata mais daqueles antigos mendigos que esmolavam pelas esquinas das cidades, sobejamente conhecidos dos circunstantes e amparados pela caridade pública. Os novos desabrigados também não se restringem ao perfil do andarilho, que vagueia pelas estradas poeirentas. O número daqueles que têm o espaço público como lugar de moradia não só aumentou, como passou a mostrar novas características. (HERCKERT, 1998).

Entretanto, há uma grande diferença entre morador de rua e pessoas que tiram seu sustento dela, Vieira (1994, p.98) define: "População de rua é aquela que passa ali 24 horas por dia, em dias consecutivos, nela suprindo as necessidades básicas de alimentação, sono e outras."

Condição limítrofe, que pode ser verificada empiricamente no cotidiano de pessoas que moram nas ruas da cidade, é parte de uma trajetória composta por situações extremamente vulneráveis [...] de pequenas e grandes desvinculações, de laços afetivos frágeis e irregular suporte material [...]. (SCOREL, 1999, p. 18).

A capacidade do grupo de verificar na cidade de Jaraguá do Sul o despautério da cidadania dos moradores de rua foi essencial para questionar o

sistema e evidenciar, como afirma Bursztyn (2000), que o morador de rua é visto como aquele que precisa ser afastado, rompendo assim, laços de solidariedade e pertencimento a uma mesma espécie, que permite a identidade entre seres humanos. O que nos motiva é poder comprovar ou descartar essa hipótese científica, qual seja a situação específica de Jaraguá do Sul.

## 7. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 7.1. Definição de morador de rua

Entrar na rua significa desenvolver um processo compensatório em relação às perdas e começar a usar outros recursos de sobrevivência, até então ignorados, e assimilar novas formas de organização que permitem a satisfação das necessidades e a superação dos obstáculos que a cidade apresenta. Entretanto, o que as tornam visíveis é justamente a situação de carência e deficiência, que caracterizam um novo modo de se vincularem ao contexto urbano. (ADORNO E VARANDA, 2004).

As perdas acumuladas e as deficiências encontradas são classificadas por Snow & Anderson (1998), em quatro categorias de *déficits* que (de) limitam a vida dos moradores de rua: deficiências físicas e mentais, falta de capital humano, falta de recursos materiais e falta de margem social. Essas deficiências, entendidas dessa forma por comparação com população domiciliada, podem estar associadas tanto a causas como a consequências por estarem vivendo nas ruas, mas são fatores determinantes nas alternativas de sobrevivência encontradas.

Vieira (1994, p.93), estudando o tema das populações de rua, distinguem “ficar na rua, circunstancialmente”, “estar na rua, recentemente” e “ser de rua, permanentemente”. Essa distinção se funda na visão da permanência na situação de rua, como fator de cronificação. Nesse estudo, consideramos que a situação de rua adquire uma maior complexidade na medida em que se considera o intrincado conjunto de fatores que se inter-relacionam no processo de ida para a rua e nas práticas assistenciais existentes.

Para Adorno e Varanda (2004), a busca de identidade dentro dos limites marginais da sociedade pode também estar se revelando na necessidade de ora se misturar e ora se distinguir nos diferentes circuitos liminares que se entrecruzam na rua, por exemplo: da pobreza, das relações familiares, da delinquência, da violência e do trabalho desqualificado, ou mesmo procurar negar ou distanciar-se deste contexto quando se tem, por necessidade, de utilizar os equipamentos voltados a esta população.

Os sem-teto têm suas conexões familiares e comunitárias, de forma que possibilitaram o surgimento de um movimento social com conquistas políticas

concretas de moradias populares, através da ocupação de vários prédios públicos no centro da cidade e a subsequente luta pela regulamentação. Esse movimento é frequentemente identificado como dos encortiçados, por ter se originado com a insatisfação de moradores de cortiços, com suas condições habitacionais e pela exploração dos proprietários dos imóveis. (ADORNO E VARANDA, 2004).

Outros termos, como “mendigos” ou “pedintes”, quase em desuso, não correspondem às características gerais dessa população, embora façam parte do imaginário social. Os primeiros estudos sobre a população de rua do Brasil já identificavam ex-trabalhadores vivendo de maneira socializada na rua (NEVES, 1983) e associa a mendicância à “uma cadeia de degradação das condições de trabalho ao longo de duas a três gerações.”

É bastante comum, entre aqueles que dormem nas ruas, o uso do termo maloqueiro, que se refere a quem usa a maloca, ou mocó – lugar de permanência de pequenos grupos durante o dia, ou usado para o pernoite, com, normalmente, colchões velhos, algum canto reservado para os pertences pessoais (roupas e documentos) e, às vezes, utensílios de cozinha. Quem usa albergues são identificados simplesmente como usuário de albergue ou albergado. “Trecheiro” também é bastante usado entre os moradores de rua; o termo é oriundo dos trabalhadores que transitavam de uma cidade para outra a procura de trabalho, continua sendo usado pejorativamente por uns e naturalmente por quem já teve a experiência de trecho (referindo-se a esse tipo de percurso). Os “trecheiros” se opõem aos “pardais”, que são, na sua visão, os moradores de rua, que se fixam e não trabalham (VIEIRA, 1999).

Há também quem cata papel, latinha e cobre na rua, por exemplo, são os catadores – trabalhadores que vivem na rua – reconhecidos legalmente por essa ocupação profissional. Grande parte deles se considera morador de rua, mas muitos, que têm o seu núcleo familiar constituído, estão vinculados a associações ou cooperativas e nunca estiveram na situação de dependência direta de serviços públicos assistenciais, morando nas ruas. (ADORNO E VARANDA, 2004).

## 7.2. Importância da cidadania

Na sociedade brasileira atual, questões de reconhecimento e identidade são frequentemente levantadas e problematizadas. O direito e o reconhecimento das

mulheres, das crianças, dos negros, dos homossexuais e mesmo da classe de trabalhadores são frequentemente (re) discutidos através da mídia e principalmente nos estudos acadêmico-científicos.

Sobre este aspecto pejorativo das relações interpessoais, Silva (2000, p.101) instiga uma reflexão aprofundada, que coloca em evidência o respeito mútuo demandado pelo senso de justiça presente em todos os debates dialógicos contemporâneos:

Respeitar a diferença não pode significar “deixar que o outro seja como eu sou” ou “deixar que o outro seja diferente de mim tal como eu sou diferente (do outro)”, mas deixar que o outro seja como eu não sou, deixar que ele seja esse outro que não pode ser eu, que eu não posso ser, que não pode ser um (outro) eu; significa deixar que o outro seja diferente, deixar ser uma diferença que não seja, em absoluto, diferença entre duas identidades, mas diferença da identidade, deixar ser uma outridade que não é outra “relativamente a mim” ou “relativamente ao mesmo”, mas que é absolutamente diferente, sem relação alguma com a identidade ou com a mesmidade.

E de acordo com Merton (1970), a sociedade insiste em ter todos os seus membros voltados para os esforços em adquirir o sucesso. Assim, os que negam os objetivos da sua cultura e os meios socialmente estabelecidos para alcançá-los são duramente combatidos. Dessa forma estão organizadas as instituições governamentais e não governamentais vinculadas ou não às igrejas, à filantropia ou à politização das classes excluídas, que criam uma rede de ações que pretende reajustar os moradores de rua aos padrões da sociedade sem reconhecer o desejo do morador de rua e se estes desejos são diferentes do da sociedade.

Escorel (1999), defende a ideia de que a exclusão social é um processo no qual – no limite – os indivíduos são reduzidos à condição de *animal laborans*, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados de exercício pleno das potencialidades da condição humana.

Segundo Oliveira (1997) o conceito de exclusão tem uma razão teórica, mas, sobretudo, ética e política: é ele que nos interpela sobre a natureza da polis que estamos construindo.

Para Paugam (1999), a pobreza reveste-se de um status social desvalorizado e estigmatizado. Conseqüentemente, os pobres são obrigados a viver numa situação de isolamento, procurando dissimular a inferioridade de seu status no meio em que vivem e mantendo relações distantes os que se encontram na mesma

situação. A humilhação os impede de aprofundar qualquer sentimento de pertinência a uma classe social: a categoria a qual pertencem é heterogênea, o que aumenta significativamente o risco de isolamento entre seus membros.

Para Santos (1987) as condições econômicas inexistentes nesta ou naquela região determinam essa desigualdade no valor de cada pessoa, tais distorções contribuindo para que o homem passe literalmente a valer em função do lugar onde vive. Essas distorções devem ser corrigidas em nome da cidadania.

O Censo dos Moradores de Rua da Cidade de São Paulo (SAS/FIPE, 2000), adota os termos “população de rua” e “população moradora de rua”, abrangendo todos os moradores de rua da cidade: “todas as pessoas que não têm moradia e que pernoitam nos logradouros da cidade – praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viadutos – ou casarões abandonados, mocós, cemitérios, carcaças de veículos, terrenos baldios ou depósitos de papelão esucata. (...) foram igualmente considerados moradores de rua aquelas pessoas, ou famílias, que, também sem moradia, pernoitam em albergues ou abrigos, sejam eles mantidos pelo poder público ou privados.”

Já Escorel (1999) situa o crescimento do número de pessoas e o surgimento de grupos morando nas ruas, a partir do final da década de 1980 (tendo como referência a cidade do Rio de Janeiro), quando “sua presença passou a ser percebida como inoportuna mas, principalmente, ameaçadora.”

Vieira (1994), ao referir-se a esse segmento populacional, afirma que são: pessoas que vivem em situação de extrema instabilidade, na grande maioria de homens sós, sem lugar fixo de moradia, sem contato permanente com a família e sem trabalho regular; são demandatários de serviços básicos de higiene e abrigo; em que a falta de convivência com o grupo familiar e a precariedade de outras referências de apoio efetivo e social fazem com que esses indivíduos se encontrem, de certa maneira, impedidos de estabelecer projetos de vida e até de resgatar uma imagem positiva de si mesmos.

Paugam (1999) também aborda o “conceito de desqualificação social, que caracteriza o movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho (...) e as experiências vividas na relação de assistência, ocorridas durante diferentes fases deste processo.” Numa análise linear, ele identificou três fases nesse

processo: a de fragilidade, relacionada à perda do emprego; a de dependência dos serviços sociais (entendida no contexto de países europeus) e aquela caracterizada pela ruptura dos vínculos sociais, “com um acúmulo de fracassos que conduz a um alto grau de marginalização.”

O que sobra de tudo isso? Uma multidão de seres humanos empobrecidos e descartáveis. Segundo Assman (1994), “na atual conjuntura, o fato maior é, sem dúvida, o cruel predomínio de uma férrea lógica de exclusão, o clima de indiferença antissolidária que a sustenta e, em decorrência, o fato de que uma imensa 'massa sobranete' de seres humanos descartáveis tenha passado a viver como lixo da história.”

## 8. METODOLOGIA:

A presente pesquisa quanto a sua natureza será básica, pois tem por objetivo gerar conhecimentos. Caracteriza-se quanto ao problema como qualitativa, pois requer a tradução dos dados em números que usam de recursos estatísticos.

Primeiramente, será realizado um levantamento de instituições de Jaraguá do Sul que atuam no acolhimento de moradores de rua. Com base neste levantamento será feito visitas nas instituições selecionadas, e onde será feita uma entrevista qualitativa com os responsáveis pelas políticas públicas.

Em seguida, será realizada a análise crítica dos dados, onde os mesmos podem validar ou não as hipóteses estabelecidas pela equipe. De acordo com os dados será elaborado o relatório final.

## 9. CRONOGRAMA:

| Atividades a serem realizadas  | Mar. | Abr. | Mai. | Jun. | Jul. |
|--------------------------------|------|------|------|------|------|
| Revisão bibliográfica          | X    | X    | X    | X    |      |
| Levantamento de instituições   | X    | X    |      |      |      |
| Coleta de dados                | X    | X    | X    |      |      |
| Análise e organização de dados |      | X    | X    | X    |      |
| Elaboração de relatório final  |      |      | X    | X    |      |
| Apresentação                   |      |      |      |      | X    |

## REFERÊNCIAS

- ASSMAN, H. **Crítica à lógica de exclusão**. São Paulo: Paulus, 1994.
- BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua: nômades, excluídos, viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- ESCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu: Trajetórias de Exclusão Social**. 1ª edição. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.
- GOUVEA, ROSA. **Avaliação de déficits cognitivos em moradores com mais de 65 anos de um albergue público**. Disponível em: <http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol34/n5/205.html>. Acesso: 03 de nov. 2013.
- HERCKERT, Uriel. **Epidemiologia, aspectos clínicos e propostas terapêuticas**. São Paulo: Átomo, 1998.
- MERTON, Robert K. Estrutura Social e Anomia In: **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- NEVES, D. P. **O trabalhador que não deu certo**. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v.1, n.4, 1983.
- OLIVEIRA, Luciano. (1997) Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Anpocs, n. 33. ano 12, fevereiro, p. 49-60.
- PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. São Paulo: Vozes, 1999.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São paulo: Nobel, 1987.
- SAS/FIPE. Secretaria Municipal de Assistência Social; Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Caracterização sócio-econômica dos moradores de rua da cidade de São Paulo: relatório executivo**. São Paulo, 2000.
- SILVA, T. T. **Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SNOW, D. A.; ANDERSON, L. **Desafortunados**. Petrópolis: Vozes, 1998

SPOSATTI, Aldaiza. **Mapa da Exclusão/Inclusão na cidade de São Paulo**. São paulo: Educ.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde**. São Paulo, Jan-abr 2004.

VERAS, M. Exclusão Social - Um problema brasileiro de 500 anos. Bader Sawaia. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2010.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

VIEIRA, M. A. C. Trecheiros e pardais. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL MIGRAÇÃO: Nação, Lugar e Dinâmicas Territoriais**, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.